

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-05 – Política e Economia da Informação

INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS MUNICIPAIS E O ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: apontamentos para um debate

Juliana Loureiro Alvim Carvalho (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Mariana Lousada (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

MUNICIPAL ARCHIVISTIC INSTITUTIONS AND THE NATIONAL INFORMATION SCIENCE RESEARCH CONFERENCE: notes for a discussion

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: A presente comunicação refere-se às instituições arquivísticas municipais e possui por objetivo apresentar a sua abordagem nas agendas acadêmicas da Ciência da Informação, especificamente no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). O estudo tem por justificativa as poucas pesquisas sobre essas instituições e o cenário brasileiro, após a Lei de Acesso à Informação (LAI), onde a transparência é regra e o sigilo é exceção, conforme ressalta o dispositivo legal mencionado. Entende-se, no entanto, que essas instituições devam ser bem geridas e dotadas de políticas arquivísticas. Optou-se, assim, pelo universo empírico de análise os anais do Encontro, tendo como recorte temporal os cinco últimos (2013-2017), no intuito de verificar a existência ou não de discussões a respeito de arquivos municipais e, em caso afirmativo, quais as temáticas debatidas nesses trabalhos. Como procedimento metodológico, adotou-se a pesquisa qualitativa, que compreende as seguintes etapas: 1) pesquisa bibliográfica a respeito da compreensão de municípios, da administração pública e das instituições arquivísticas municipais; 2) pesquisa documental em trabalhos apresentados que versem sobre os seguintes temas: arquivo municipal, arquivo público, instituição arquivística municipal, política arquivística municipal, administração pública municipal. Pretende-se fomentar novos debates sobre instituições e políticas arquivísticas, em âmbito municipal, assim como o investimento de uma gestão pública eficaz, no sentido amplo. Ademais, almeja-se que este artigo possa contribuir para o acesso à informação junto aos munícipes e que as instituições arquivísticas municipais possam atuar no processo de cidadania. O levantamento realizado revelou poucas pesquisas desenvolvidas sobre o assunto, apontou problemáticas similares nas instituições arquivísticas municipais e imprescindibilidade no investimento em políticas públicas arquivísticas, nessa esfera do ente federado.

Palavras-Chave: Enancib; Arquivo público; Instituições arquivísticas municipais; Política arquivística municipal; Administração pública municipal.

Abstract: This paper refers to municipal archival institutions and its objective is to present their approach in the schedules of Information Science academic conferences, especially in the National Information Science Research Conference - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). This study is justified by the few researches about those institutions and the Brazilian Scenario after the Law on Access to Information (LAI) was passed, where transparency is the rule and secret is exception, as highlighted by the mentioned law. However, it is understood that these institutions must be well managed and must have archival policies. Thus, the empiric universe of the Conference analysis records was chosen, with a time frame of the last five conference (2013-2017) and meaning to verify whether there are discussions on municipal archives and, if so, what topics were discussed in the conferences. Qualitative research was chosen as methodology, which comprises the following steps: 1) Bibliographic research on understanding cities, public administration and municipal archival institutions; 2) documental research on presented papers about the following subjects: municipal archive, public archive, municipal archival institution, municipal archival policy, municipal public administration. It is intended to encourage new discussion about institutions and archival policies within municipal range, as well as encourage investments on effective public management, in general. In addition, it is hoped that this article will contribute to promote city residents' access to information and that municipal archival institutions can contribute to promote citizenship. The collection of information that was carried out revealed that few researches have been done about it, spotted similar problems in the municipal archival institutions as well as indispensability of investment in archival public policies in this sphere of the federal entity.

Keywords: Enancib; Public archive; Municipal archival institutions; Municipal archival policy; Municipal public administration.

1 INTRODUÇÃO

A origem das instituições arquivísticas¹ como auxiliares da administração pública remontam ao período da Revolução Francesa, que se constituiu em um marco para a Arquivologia e para a formação dessas instituições. A luta por inúmeros direitos proporcionou a ascensão da burguesia, enfraquecendo o poder da Igreja e do Estado Absolutista. Além disso, permitiu a centralização e o acesso aos documentos por meio da criação do Arquivo Nacional da França, em 1790, na intenção de o Estado manter sua memória reconhecida. Segundo Marques (2013, p. 46), “a criação do Arquivo Nacional na

¹Optou-se pela utilização da noção de instituição arquivística porque é aquele órgão que tem por finalidade “normatizar e fiscalizar a gestão dos documentos nos diversos níveis do Poder Público e executar o recolhimento, a preservação, o acesso e a divulgação dos documentos de arquivos, em qualquer suporte, produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades do âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2016, não paginado). É válido salientar que há um projeto de revisão da Lei de Arquivos aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), desde o ano de 2014, o qual insere uma proposta de definição para instituição arquivística. Com relação à utilização do termo “noção”, é porque não há um consenso sobre o assunto. Segundo Minayo (1992, p.93), entende-se por noção “elementos de uma teoria que ainda não apresentam clareza suficiente e são usados como imagens na explicação do real. Eles expressam também o caminho do pensamento”.

França marca o surgimento das instituições arquivísticas, como o estabelecimento central dos arquivos do Estado”.

No Brasil, o Arquivo Nacional (AN) foi criado em 1838 e denominado Arquivo Público do Império. Apesar de sua institucionalização datar o ano de 1838, a Constituição de 1824, no capítulo IV – Da Proposição, Discussão, Sanção, e Promulgação das Leis, faz alusão ao Arquivo como responsável pela guarda das leis.

As primeiras instituições arquivísticas brasileiras ofereciam apoio administrativo ao império com o intuito de preservar o registro histórico para a posteridade. Fato esse verificado nas cartas² do ano de 1854 trocadas entre o Imperador D. Pedro II e Gonçalves Dias - este recebeu a missão de copiar documentos históricos em arquivos portugueses para guardar essas cópias no Arquivo do Império, no Brasil. Tal concepção estendeu-se até a inserção da gestão de documentos³ em algumas instituições públicas. Jardim (2015, p. 45) aponta, contudo, que “a gestão de documentos ainda é exceção e não regra no Estado Brasileiro.”

O Brasil dispõe de uma Lei de Arquivos, Lei nº 8159 de 1991, que contempla os arquivos públicos e privados, mesmo assim a realidade de algumas instituições arquivísticas públicas é complexa, no que tange à ausência de recursos tecnológicos, humanos e materiais. Fato esse verificado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)⁴, a partir de uma pesquisa realizada em 2008, com o intuito de conhecer a situação arquivística dos estados e dos municípios brasileiros. Foram enviados questionários aos 5.564 municípios brasileiros, na época, com perguntas gerais sobre a instituição, envolvendo posicionamento hierárquico do Arquivo Público na estrutura do órgão ao qual está subordinado, questões sobre o acervo, sobre recursos humanos, financeiros e tecnológicos, infraestrutura, serviços, entre outros. As respostas obtidas não foram satisfatórias, visto que apenas 45 arquivos municipais responderam.

No ano de 2014, durante lançamento da Campanha de Criação e Desenvolvimento dos Arquivos Municipais, realizada pelo Conselho Nacional de Arquivos, a Empresa Brasil de

²Cartas pertencentes ao Anuário do Museu Imperial - Ano 1950, Vol. 11.

³ Segundo Indolfo (2013, p.16), considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

⁴Informações retiradas da Ata 52º da Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, de 12/12/2008.

Comunicação revelou que, “das 5.570 cidades brasileiras, apenas 3% dispõem de local apropriado para a guarda de documentos” (EBC, 2014, não paginado).

A fim de compreender a realidade dos arquivos públicos municipais versus a LAI, a Prof^a. Dr^a Ana Célia Rodrigues está desenvolvendo uma pesquisa⁵ intitulada: *Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio*, na qual aponta que “as consequências da falta de preparo da administração pública brasileira e da dificuldade para estabelecer políticas de gestão para seus documentos e arquivos vêm causando impactos para a aplicabilidade da LAI no Brasil, sobretudo nos municípios (RODRIGUES, 2016)⁶.

Os problemas encontrados nas instituições arquivísticas públicas brasileiras são inúmeros, principalmente na esfera municipal. A autonomia alcançada pelos municípios, reforçada pela Constituição de 1988, deveria ser um elemento norteador de investimento nas políticas informacionais, porém não é o que acontece. Não há preocupação com a gestão dos documentos e, dessa forma, os governantes não a incluem em sua política de governo. Em consequência disso, as prefeituras brasileiras perdem de modo recorrente os seus registros físicos e digitais. Para exemplificar, recentemente, noticiou-se um incêndio ocorrido na Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ⁷, o qual atingiu uma secretaria que mantinha arquivos administrativos.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é apresentar como os anais do ENANCIB têm trabalhado, com a temática sobre as instituições arquivísticas municipais, a partir de trabalhos apresentados nos grupos de trabalho (GTs).

O ENANCIB é atualmente, um dos principais espaços de comunicação científica da área de Arquivologia. O interesse da pesquisa advém da relevância dessas instituições no cenário democrático de acesso à informação e do hiato da gestão das instituições arquivísticas públicas municipais. Além disso, trata-se de uma parte da pesquisa e

⁵ Pesquisa financiada pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado – 2015 / FAPERJ, que conta com a participação de bolsistas de Iniciação Científica, PIBIC/UFF/CNPq e integra a produção do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

⁶ Texto extraído de eSeminarios y Conferencias de Documentación- Universidad Complutense, V Seminario Hispano Brasileño de investigación en Información, Documentación y Sociedad. Disponível em: <<http://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/shb/2016/paper/view/51>> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

⁷ Incêndio na Prefeitura de São Gonçalo, RJ, destruiu documentos de três secretarias. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/incendio-na-prefeitura-de-sao-goncalo-rj-destruiu-documentos-de-tres-secretarias.ghtml>>. Acesso em: 15 de set. 2018.

continuidade da discussão do tema da referida autora, que examinou o cenário arquivístico e institucional do Arquivo Público de Macaé, em sua dissertação de mestrado.

Adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, com a finalidade de responder aos seguintes questionamentos: 1) Quais os Grupos de Trabalho (GTs) que discutem a temática? 2) Quais as discussões trazidas com essas pesquisas? e 3) Quais os pontos similares encontrados nos artigos? O recorte temporal analisado refere-se aos anais dos últimos cinco anos do evento (2013-2017). A escolha desta delimitação temporal engloba os eventos mais recentes e considera-se a data inicial deste recorte dois anos após a Lei de Acesso à Informação (LAI), que atribuiu aos municípios, com população maior de 10.000 (dez mil) habitantes, “divulgarem, em tempo real, informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos da Lei de Responsabilidade Fiscal” (BRASIL, 2011, não paginado). De acordo com Jardim (2013, p. 48), “a Lei de Acesso à Informação (LAI) acrescenta novos elementos para os arquivos públicos. ”

Este trabalho está estruturado em quatro seções: as duas primeiras delimitam o quadro teórico-conceitual de fundamentação da pesquisa; as duas últimas descrevem o campo empírico deste trabalho, bem como apresentam as considerações finais.

Pretende-se promover novos debates em relação às instituições arquivísticas municipais brasileiras e à gestão pública municipal, com a finalidade de fomentar políticas públicas voltadas para o campo informacional.

2 CONFIGURAÇÃO DO MUNICÍPIO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS MUNICIPAIS

É importante compreender o processo de descentralização dos municípios brasileiros com a nova Constituição Federal de 1988, que ofereceu autonomia no que diz respeito à gestão administrativa, conforme pode ser verificado no Art. 18: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 9). Com a descentralização, prevista na Constituição, foi atribuído aos estados legislar sobre a criação de novas unidades municipais, contribuindo para a emancipação de novos municípios.

Soares e Espinosa (2013) ressaltam que o município, com a Constituição de 1988, passou por mudanças, configurando-se na distribuição dos recursos tributários e no processo de descentralização de políticas públicas, que conferiu ao município novas responsabilidades

político administrativas para exercitar, com autonomia, os assuntos relativos ao peculiar interesse local em decorrência da organização federativa que a Constituição implantou.

Com referência à nova configuração que o município adquiriu a partir da Constituição de 1988, Fonseca (1996, p.3) menciona que “o município constitui um espaço privilegiado das relações entre o Estado e a Sociedade Civil”. A administração do próprio território proporcionou ao município mais proximidade entre o cidadão e o poder local.

Percebe-se, portanto, como ocorreu a autonomia dos municípios após a Constituição Federal de 1988, que modificou o *status* de pessoa política ao município, ampliando suas competências, a partir da descentralização com o pacto federativo, após um período de censura advindo do regime militar, entendendo assim que os municípios brasileiros podem e devem formular políticas arquivísticas.⁸

As reformas administrativas no aparelho do Estado e o resgate da eficiência do serviço público, a partir dos anos 90, foi um marco importante para a estabilização da economia, assim como as tendências internacionais em relação ao desenvolvimento tecnológico e a globalização da economia mundial, que proporcionaram a inserção de um modelo gerencial no Brasil, conforme afirmam Klering, Porse e Guadagnin (2010).

A atual administração pública, portanto, é desafiada a conceber uma gestão eficiente, democrática e transparente. Para que tais fatores sejam inseridos na esfera pública, é indispensável uma adequada gestão de documentos; a respeito do assunto, Indolfo (2013, p.33) afirma que: “somente com a adoção dos princípios e práticas a gestão de documentos, essencialmente aquelas relacionadas à avaliação dos documentos de arquivos, é que as dificuldades de acesso às informações públicas poderão ser sanadas.”

As instituições arquivísticas públicas do Brasil, “tanto no nível federal, como no estadual ou **no municipal**, nem sempre funcionam com a devida eficiência. [...] apresentam, em sua maioria, problemas cotidianos de demora excessiva na localização de documentos necessários [...]” (BELLOTTO, 2014, p.171, grifo nosso). Acredita-se que disponibilizar a informação de forma segura e fidedigna é um indicador de democracia. No entanto, para

⁸ Jardim (2003 apud JARDIM, 2013, p.37), sendo: [...] o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada).

que isso ocorra, é necessário organizar tal informação, acondicioná-la adequadamente e aplicar princípios arquivísticos solidificados.

Com relação ao conceito de instituições arquivísticas, encontram-se na literatura arquivística poucas definições. Todavia, Jardim (2012) aponta que a noção de instituição arquivística requer maior densidade como categoria teórica e faz considerações sobre a associação entre arquivo público e instituição arquivística. Este trabalho não procurou relativizar ambos os termos, porque compreendem-se suas particularidades, mas a percepção chegada a respeito foi de que algumas categorias encontradas, nos anais do ENANCIB, correspondiam às instituições arquivísticas.

Mas qual é a definição encontrada para arquivo público da esfera municipal? A Lei de Arquivos indica, no artigo 17 e parágrafo 4º, que são “Arquivos Municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo” (BRASIL, 1991). No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo municipal é aquele órgão público “mantido pela administração municipal, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito” (BRASIL, 2005, p.33).

O Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado pela Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, conceitua arquivo municipal como aquela “instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta” (ARQ-SP, 2012, p.23). Segundo Fonseca (1996), o formato institucional dos arquivos municipais difere pouco das instituições arquivísticas presentes nas demais esferas da federação. Entretanto, a autora reforça a peculiaridade do arquivo público municipal, visto que ele possui maior proximidade com o cidadão.

A Cartilha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais diz que o arquivo municipal é uma

instituição responsável pelos conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos municipais no exercício de suas atividades, ou seja, pelos poderes Executivos e Legislativos, representado, respectivamente, pela prefeitura e pela câmara dos vereadores, em decorrência de suas funções administrativas e legislativas. São também públicos os conjuntos de documentos de caráter público produzidos e/ou recebidos por instituições privadas responsáveis pela prestação de serviços públicos. (CONARQ, 2014, p. 20).

Referente à importância dos arquivos municipais, Rodrigues (2002) utilizou a tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos, em sua dissertação,

e afirmou que os arquivos municipais contêm “aspectos relevantes da história da comunidade no contexto nacional, no cenário das transformações históricas do mercado de trabalho, da economia e das lutas sociais pela democracia e pelos direitos à plena cidadania [...]” (RODRIGUES, 2002, p.22).

Apesar da relevância dos arquivos públicos municipais brasileiros, conhece-se pouco sobre sua autoridade arquivística e sua capacidade de interagir com os cidadãos e com a administração pública municipal. À luz dessa discussão, Jardim (2011) aponta que, no âmbito dos arquivos municipais e estaduais, as dificuldades de gestão dos acervos e os obstáculos ao acesso à informação arquivística parecem adquirir proporções ainda maiores do que nos níveis federais.

Em vista disso, é necessário que os arquivos públicos sejam bem geridos e haja investimento em pesquisas sobre a realidade deles. Acredita-se que, com a inserção do tema nas discussões acadêmicas e em grupos coordenados pela sociedade civil, o cenário das instituições arquivísticas municipais possa ser modificado. É válido lembrar, sem ser ingênuo, que os problemas existentes nos arquivos públicos brasileiros podem ser o não dizer, como reforça Bobbio em sua obra: *Democracia e Segredo*.

3 ANÁLISE DA TEMÁTICA INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS MUNICIPAIS NOS ANAIS DO ENANCIB

A metodologia adotada foi a qualitativa, baseada na perspectiva de Minayo e Sanches (1993, p. 245), quando destacam que “o trabalho qualitativo caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas. Devido às diversas nomenclaturas existentes para designar as instituições arquivísticas municipais, optou-se por realizar, em um primeiro momento, consultas aos anais do ENANCIB com as palavras: arquivo, instituição, instituições, município, municipal, público, pública (separadamente), a fim de inquirir se os títulos e se os resumos faziam menção às instituições arquivísticas municipais. Após uma exaustiva busca, observaram-se algumas categorias obtidas, de interesse para este trabalho, sendo elas: a) arquivo municipal (AM); b) arquivo público (AP); c) instituição arquivística municipal (IAM); d) política arquivística municipal (PAM); e) administração pública municipal (APM).

Utilizou-se a análise de conteúdo, pois entende-se como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo

manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações". (BERELSON 1952 apud GIL, 2008, p. 152). Sendo assim, a análise deste trabalho desenvolveu-se seguindo as seguintes fases:

a) **Pré - análise:** ao longo de cinco eventos realizados (2013-2017), contabilizaram-se 1.752 trabalhos (em formato de pôsteres e comunicações orais). A partir deste total, foi realizada uma busca com as palavras-chave, mencionadas no início desta seção. As categorias obtidas, por indução - "observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer" (GIL 2008, p. 10) -, remetem-se a: a) arquivo municipal (AM); b) arquivo público (AP); c) instituição arquivística municipal (IAM); d) política arquivística municipal (PAM); e) administração pública municipal (APM). Com isso, obteve-se um total de 10 (dez) trabalhos, ou seja, apenas 0,6% , do total destacado acima, que podem trazer contribuições diretas ou indiretas para as instituições arquivísticas municipais.

b) **Exploração do material:** há apenas um trabalho com o título distinto das categorias elencadas, mas ao ler a comunicação oral, percebeu-se certa pertinência em mantê-lo, por tratar-se de política informacional e da participação de uma instituição arquivística pública. Desse universo, três grupos abordaram três vezes essa temática, sendo eles: GT2- Organização e Representação do Conhecimento; GT5- Política e Economia da Informação e GT10- Informação e Memória. O GT3- Mediação, Circulação e Apropriação da Informação e o GT4-Gestão da Informação e do Conhecimento tiveram apenas um trabalho que discorreu acerca do termo arquivo público. No tocante aos três GTs que mais tiveram trabalhos sobre o tema, é importante mencionar que eles possuem uma forte interlocução com a campo arquivístico. Constatou-se que, no ano de 2013, não houve nenhuma comunicação/pôster que analisasse o assunto, ao passo que durante os anos de 2014 a 2017 esse número aumentou, sendo debatido nos anos de: 2014, 2015, 2016 e 2017 (uma, duas; quatro; quatro vezes, respectivamente). A tabela abaixo apresenta, de forma sistematizada, os trabalhos:

Tabela 1 - Tratamento dos dados, inferência e interpretação: comunicação oral/pôster sobre AM, AP, IAM, PAM, APM

Ano	Grupo de trabalho (GT)	Título – comunicação oral/pôster
2014	GT5	UMA POLÍTICA PÚBLICA INFORMACIONAL EM ARQUIVOS: A ATUAÇÃO DA APES – AUTORES: ⁹ LUIZ CARLOS DA SILVA E RENATO PINTO VENÂNCIO

⁹ Conforme mencionado da Introdução, o trabalho apresentado, no ano de 2014, não faz referência direta às categorias elencadas nesta pesquisa (AM, AP, IAM, PAM, APM). Trata-se de uma realidade do âmbito estadual.

2015	GT10	CESTAS DA MEMÓRIA: IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, COM O APOIO DE VOLUNTÁRIOS IDOSOS– AUTOR(A): IVANA DENISE PARRELA
		A MEMÓRIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ATRAVÉS DA SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO: O RECORTE CONSTITUÍDO DE 1908 -1981– AUTORES: LUIZ CARLOS DA SILVA, APARECIDO JOSÉ CIRILLO E ROSA DA PENHA FERREIRA DA COSTA. ¹⁰
2016 2016	GT2	ARQUIVOS MUNICIPAIS : GESTÃO SISTÊMICA E INSTITUCIONALIZAÇÃO- AUTORES: LUIZ CARLOS DA SILVA E RENATO PINTO VENÂNCIO
	GT3	MEDIAÇÃO CULTURAL EM ARQUIVOS PÚBLICOS ¹¹ : ANÁLISE DAS PRÁTICAS E TIPOLOGIAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – AUTORES: TAIGUARA VILLELA ALDABALDE E GEORGETE MEDLEG RODRIGUES
	GT4	O CONFLITO/RETALIAÇÃO ORGANIZACIONAL NAS BUS (BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS) DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (SIBI/UFBA) E NAS COORDENAÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)- AUTORES: SAMIR ELIAS KALIL LION E ZENY DUARTE DE MIRANDA
	GT5	DOCUMENTOS DIGITAIS E DIGITALIZAÇÃO: A VISÃO DOS GERENTES DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE SOBRE A POLÍTICA ARQUIVÍSTICA MUNICIPAL - AUTORES: CINTIA A. CHAGAS ARREGUY E RENATO PINTO VENÂNCIO
2017	GT2	REDOCUMENTARIZAÇÃO, HISTORIOGRAFIA E HUMANIDADES DIGITAIS: O CASO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - AUTORES: HERCULES PIMENTA DOS SANTOS E RENATO PINTO VENÂNCIO
		O ARQUIVO PÚBLICO DE MACAÉ : CENÁRIO INSTITUCIONAL E ARQUIVÍSTICO AUTORES: JULIANA LOUREIRO ALVIM CARVALHO, JOSÉ MARIA JARDIM E MARIANA LOUSADA.
	GT5	GESTÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL : O CASO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE AUTORES: CINTIA A. CHAGAS ARREGUY E RENATO PINTO VENÂNCIO
	GT10	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: DIMENSÕES DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL EM JUNDIAÍ – SP ¹² AUTORES: MARIA LEANDRA BIZELLO E JEAN MARCEL CAUM CAMOLEZE

Fonte: Elaboração própria, com base no levantamento qualitativo dos anais do Enancib.

3.1 Tratamento, inferência e interpretação dos dados levantados

Em 2014, no artigo “Uma política pública informacional em arquivos: a atuação da APES”, o autor abordou a questão das políticas informacionais no âmbito dos arquivos, utilizando como campo de observação o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APES), com o objetivo de discutir: as políticas em arquivo, as políticas públicas arquivísticas, a política de gestão documental, o Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do

¹⁰ Versa sobre a institucionalização do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Embora não seja o recorte da pesquisa, o ponto de convergência é a inexistência de interesse, em alguns governos, pelo investimento nessas instituições.

¹¹ O artigo apresenta alguns dos resultados sobre as práticas de mediação cultural em uma instituição arquivística pública estadual. Assim como as demais pesquisas sobre arquivos dessa esfera, abordados nesta comunicação, optou-se por considerá-lo.

¹² Apesar de a comunicação apresentar um estudo de caso referente à legislação municipal para a preservação da memória coletiva e do patrimônio histórico no município de Jundiaí - São Paulo, os autores abordam a questão arquivística do referido município.

Espírito Santo (PROGED) - como uma política pública arquivística, a política estadual de arquivos, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no PROGED e seus aspectos legais.

Ao comentarem sobre os conceitos elencados no parágrafo anterior, Silva e Venâncio (2014) detectaram algumas incoerências na administração pública estudada e dificuldade de implementação da gestão de documentos, pois as instituições vinculadas ao executivo estadual careciam dos métodos adotados pela Arquivologia. Assim, os autores sugeriram que o APES deveria se tornar órgão central do Sistema Estadual de Arquivos, a fim de prestar serviços de orientação e treinamento para capacitação de servidores, com o intuito de melhorar o gerenciamento dos suportes documentais. Observa-se que as sugestões de Silva e Venâncio (2014) poderiam beneficiar os arquivos municipais, apesar do pacto federativo estabelecido no Brasil.

No ano de 2015, a comunicação oral denominada “Cestas da Memória: identificação de documentos fotográficos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte” apresentou uma iniciativa desenvolvida por uma instituição arquivística, sobre o reconhecimento de fotografias por idosos voluntários. Percebe-se que houve antes um recolhimento sem identificação; como ressalta a autora, “a partir de 1993, o APCBH intensificou o recolhimento **de grandes massas documentais acumuladas em vários órgãos da administração municipal**” (PARRELA, 2015, não paginado, grifo nosso). Esse trabalho apresentou uma iniciativa importante para solucionar problemas inerentes à massa documental nos arquivos públicos brasileiros. Questiona-se, entretanto, a necessidade de posicionamento das instituições arquivísticas públicas, com relação ao recebimento de documentos sem estabelecer previamente uma política de recolhimento.

Apesar da pesquisa intitulada “A Memória do **Arquivo Público** do Estado Do Espírito Santo (APEES)” (elaborada pelos pesquisadores Luiz Carlos da Silva, Aparecido José Cirillo e Rosa da Penha Ferreira da Costa (2015)) abordar a institucionalização de um Arquivo Público na esfera Estadual do governo, considerou-se relevante destacar a institucionalização dessa instituição arquivística, fato esse a ser necessariamente considerado na formulação de uma política arquivística. A conclusão chegada pelos autores foi de que nem sempre houve investimentos necessários para atender às demandas existentes.

Luiz Carlos da Silva e Renato Pinto Venâncio (2016) apresentaram um pôster referente a um pré-diagnóstico com uma proposta de gestão sistêmica de documentos a ser

implantada nos arquivos municipais da Região Metropolitana da Grande Vitória. Ao abordar o tema Arquivos Municipais, afirmam eles: **“chama a atenção a pouca existência deles, principalmente os estruturados e com autonomia ou vinculados aos arquivos setoriais executivos municipais.** Falta-lhes, muitas vezes, a atenção administrativa além da devida institucionalização legal” (2016, não paginado, grifo nosso).

O trabalho demonstra as dificuldades para a estruturação de uma instituição arquivística pública municipal eficiente. Em tempos de legislações formuladas acerca do acesso à informação, cita-se a Lei nº 12.527 de 2011, o acesso é fragilizado pela má gestão e ausência de uma visão estratégica dos gestores públicos municipais.

Em 2016, a comunicação “Mediação cultural em Arquivos Públicos: Análise das Práticas e tipologias no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo” apresentou práticas de mediação naquele arquivo. A pesquisa concluiu que o entendimento do arquivo como lugar de cultura significou, objetivamente, a adoção de uma política de parceria nas práticas de mediação cultural e incluiu: artistas, escolas, universidades, governos, secretarias de cultura e outros agentes. A despeito de não ser o recorte desta comunicação, o trabalho demonstrou relevância, ao propiciar debates sobre a questão da mediação. Tal argumento alinha-se com a inserção da mediação em todas as instituições arquivísticas públicas, que contemple: União, Estado e Município.

O trabalho “O conflito/retaliação organizacional nas Bibliotecas Universitárias do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia e nas coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)”, apresentado no GT4, trouxe reflexões sobre o poder organizacional sob a perspectiva política da administração. Assim como outras comunicações abordadas acima, a instituição arquivística que Lion e Miranda (2016) utilizaram foi uma da esfera estadual, não sendo o objeto direto desta pesquisa. Entretanto, a conclusão chegada pelos autores é significativa, pois há, nas coordenações potenciais do APEB, indícios de distribuição de recursos de poder e ausência de investimento em uma gestão mais participativa – como forma de integrar recursos políticos e gerar mais autonomia. Isso propicia potenciais disputas, diretas ou veladas, pela ocupação dos espaços de poder na estrutura formal, por exemplo, a disputa por cargos e chefias.

Arreguy e Venâncio (2016) apontaram a percepção dos gestores sobre a produção de documentos digitais e a digitalização de documentos, a fim de compreender a necessidade de implementação da política arquivística no poder executivo do município de Belo

Horizonte, que ampare, especificamente, os documentos digitais. A conclusão chegada com esse trabalho foi a de despreparo dos gerentes dessa Prefeitura, ao lidar com os documentos digitais, armazenados em sistemas de informações e enviados por e-mail. Apesar de existirem recomendações na esfera federal, no que tange ao cuidado com esses documentos, e o Arquivo analisado ser uma autoridade arquivística, a visão desses gerentes refletiu o baixo nível da implementação de uma política arquivística no poder executivo municipal, principalmente no que diz respeito ao tratamento de documentos digitais.

Em 2017, houve dois trabalhos com vinculação direta aos arquivos municipais. Sendo um apresentado no GT2 – “O Arquivo Público de Macaé: Cenário institucional e arquivístico” e outro no GT5 – “Gestão de documentos na Administração Pública Municipal: o caso da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte”.

O primeiro abordou o cenário institucional e arquivístico do Arquivo Público de Macaé, tendo em vista os aparatos legais publicados nos anos de 2005 a 2016. Os autores utilizaram como metodologia a pesquisa bibliográfica; a análise documental dos dispositivos legais produzidos entre 2005-2016, pelo poder público, com relação ao Arquivo Municipal; e a aplicação de instrumento de coleta de dados. A pesquisa concluiu que, apesar da existência de aparatos legais referentes à questão documental, o Arquivo necessita de maior institucionalidade e autoridade arquivística para exercer suas funções, nos termos da Lei 8.159 e do que se concebe como missão de uma instituição arquivística.

O segundo analisou a formação e a atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), com ênfase na implantação de atividades relacionadas à gestão de documentos na administração pública municipal. O estudo concluiu que a implantação da gestão de documentos foi planejada desde a criação do APCBH, no ano de 1991, no contexto da Lei Federal de Arquivos. A pesquisa também argumentou que a vinculação desse arquivo público municipal à área cultural, ao longo de toda a sua história, não impediu a implantação da gestão documental, ainda que esse serviço tenha ficado aquém das necessidades institucionais demandadas pelo conjunto da administração municipal.

Santos e Venâncio (2017), no artigo Redocumentarização, historiografia e humanidades digitais: o caso do Arquivo Público Mineiro, demonstrou, de forma empírica, o processo de virtualização de acervos de arquivos permanentes do Arquivo Público Mineiro. Eles utilizaram como metodologia de levantamento de dados a bibliográfica, com entrevistas semiestruturadas. Os autores apresentaram como conclusão os agravantes da volatilidade do

documento digital e o monitoramento necessário do documento eletrônico, a fim de preservá-lo pelo tempo que se fizer necessário.

A última comunicação analisada foi Memória e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal em Jundiaí – SP, apresentada no GT2, o qual teve como objetivo principal estudar a importância da integração da memória coletiva e institucional na formação dos indivíduos e da sociedade, a partir da legislação municipal de Jundiaí- SP, relativa ao patrimônio histórico. Ao pesquisarem a legislação, os autores concluíram que há lacunas na preservação da memória coletiva da cidade supramencionada, assim como na preservação do patrimônio histórico local. O trabalho apontou também para a ausência de gestão de documentos e que o município estudado caiu no caos e na observância aparente de decretos sem qualquer prática. Além disso, foi detectada a ausência de políticas públicas para a preservação e difusão dos acervos históricos.

Ao buscar o termo Arquivo Público, para a elaboração desta comunicação, foram recuperados artigos da esfera estadual do governo; mesmo assim, resolveu-se utilizá-los, pois algumas problemáticas abordadas persistem nas instituições arquivísticas públicas municipais. Vale destacar que os grupos de trabalho que mais aderem a temática, especificamente sobre o termo arquivo municipal, são os GT2, o GT5 e o GT10. As discussões trazidas por essas pesquisas remetem-se a: método de trabalho, precariedade nos arquivos municipais, despreparo da administração municipal e outros.

Os trabalhos analisados sobre as instituições arquivísticas públicas destacaram problemas na administração pública, dificuldade de implementar a política arquivística e a gestão de documentos, ausência de investimentos financeiros, pouca existência de arquivos municipais estruturados, aparatos legais existentes – porém não aplicados, assim como preocupação com os documentos arquivísticos em formato digital, a fim de preservá-los. Portanto, o ponto de concordância dessas realidades é a fragilidade da administração pública brasileira, ou seja, é necessário a atuação de atores, da sociedade civil e do governo, na reivindicação de investimentos em uma política pública arquivística, que implemente um programa de gestão de documentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa realidade das instituições arquivísticas municipais e que muitas vezes não são institucionalizadas, funcionando apenas como depósitos de documentos

administrativos, foi o fator norteador desta comunicação. No Rio de Janeiro, local que abarca duas universidades com curso de Arquivologia e um Mestrado Profissional na área, além de uma instituição arquivística em esfera federal, o Arquivo Nacional, apenas três arquivos municipais possuem o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)¹³: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença e Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. Vale reforçar que a ausência do CODEARQ de alguns arquivos públicos municipais não significa que a presença dessa instituição seja inexistente no município.

Ademais, deve-se considerar a relevância da temática a respeito de instituições arquivísticas e dos arquivos públicos para o campo da informação, sobretudo para a intensificação de pesquisas referentes à realidade das instituições arquivísticas municipais, para que haja um acompanhamento mais incisivo sobre a efetiva posição, práticas de gestão, identificação das carências, cumprimento da legislação e gestão do patrimônio documental, de relevância não apenas municipal, mas de todo um país.

Concluiu-se, deste modo, que: 1) a administração pública brasileira deve romper com o modelo patrimonialista, pois isso afeta consideravelmente os serviços e as instituições públicas; 2) é primordial definir uma agenda para discutir a política municipal de arquivos, a partir da criação de um colegiado¹⁴, composto por atores institucionais e da sociedade civil; 3) a política pública voltada para os arquivos municipais deve ser formulada, implementada e articulada com as demais políticas informacionais existentes no município ou a serem definidas, como, por exemplo, as políticas de sistemas de informação e de segurança da informação; 4) é preciso que a política municipal de arquivos, caso seja criada nas esferas municipais, desdobre-se em um programa de gestão de documentos, contemplando a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente dos documentos arquivísticos e, por último, 5) Investimento em debates no campo da Ciência da Informação, que abarquem a realidade brasileira dos arquivos municipais, pois, compreende-se

¹³ O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, fornece, por meio de preenchimento do formulário eletrônico, um código previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

¹⁴ A escolha pelo colegiado deu-se pela compreensão de que é um órgão dirigente, cujos membros têm poderes idênticos (AURÉLIO, 2010). Além disso, esses atores serão responsáveis por definir a agenda, identificar, formular e implementar a política municipal de arquivos.

significativa a participação da comunidade acadêmica, tendo em vista o Estado de direito brasileiro, a fim de desempenhar a democracia.

Diante de tudo que foi explanado, o estudo e o investimento nas instituições arquivísticas públicas municipais auxiliam na preservação da memória institucional, na racionalização do fluxo documental, na agilidade da recuperação das informações, bem como na garantia de disponibilização de informações para diversas esferas sociais. Almejam-se novos debates sobre o tema e mudanças, em quesitos de macro políticas, do cenário existente das instituições arquivísticas municipais.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela.; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural em arquivos públicos: análise das práticas e tipologias no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador - BA. **Anais eletrônicos...** Salvador - BA: UFBA. Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021731/c1d671a0de248f0384c3828535fff46e>> Acesso em: 29 de jun. de 2018.

ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas.; VENANCIO, Renato Pinto. Documentos digitais e digitalização: a visão dos gerentes da Prefeitura de Belo Horizonte sobre a política arquivística municipal. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador - BA. **Anais eletrônicos...** Salvador - BA: UFBA. Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021625/a9fe7502ad31e0188ada440be9bb3bef>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; VENÂNCIO, Renato Pinto. Gestão de documentos na administração pública municipal: o caso da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais Eletrônico...** Marília: UNESP. Disponível em:

<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/schedConf/presentations>
Acesso em: 30 jun. 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas; nº 51). 230p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARQ-SP). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 3. ed. São Paulo: Quipu, 2012. 128p.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. 477p.

BIZELLO, Maria Leandra; CAMOLEZE, Jean Marcel Caum. Memória e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal em Jundiaí – SP. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais Eletrônico...** Marília: UNESP. Disponível em:
<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/schedConf/presentations>
Acesso em: 30 jul. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e Segredo**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015. 83p.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. **Senado Federal**: Secretaria Especial de Informática, Brasília, DF, 2013. 61p.

BRASIL, Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro, 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 Jan. 1991. Disponível em: <
http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_lei_8159_08_01_1991_por_orof.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018. 4 p.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: < http://auriflama.sp.gov.br/files/decreto_7724_16.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2018.

CARVALHO, Juliana Loureiro Alvim; JARDIM, José Maria; LOUSADA, Mariana. O Arquivo Público de Macaé: cenário institucional e arquivístico. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais Eletrônico...** Marília: UNESP. Disponível em:
<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/schedConf/presentations>
Acesso em: 1 jul. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Ata 52º Reunião Plenária Ordinária do CONARQ. Disponível em:
<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/Atas/Ata_52_reuniao_plenaria_ordinaria_conarq_20081212.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. 151p.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil). **Plano Setorial de Arquivos**. Brasília, DF, 2016. Não paginado.

EBC. AGÊNCIA BRASIL. **Governo quer estimular criação de arquivos municipais em todo o país**. 05 dez. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/governo-quer-estimular-criacao-de-arquivos-municipais-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. 148 f Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 200p.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. 312f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IBICT), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/893/1/Tese%20Ana%20Celeste.pdf>> Acesso em 26 de junho de 2018.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, jul./dez. 2015.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 35-49, jan./abr. 2013.

_____. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 318p.

_____. A construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011) In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12., 2011. Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: UNB, 2011. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgci/images/publicacoesdocentes/Joanacoeli/doc6.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

KLERING, Luis Roque; PORSE, Melody de Campos Soares; GUADAGNIN, Luis Alberto. Novos Caminhos da administração pública brasileira. **Análise**, Porto Alegre, v.21, n.1, p. 4-17, jan/jun. 2010.

LION, Samir Elias Kalil.; MIRANDA, Zeny Duarte de. O conflito/retaliação organizacional nas bus (bibliotecas universitárias) do sistema de bibliotecas da Universidade Federal da Bahia

(SIBI/UFBA) e nas coordenações do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador - BA. **Anais eletrônicos...** Salvador - BA: UFBA. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021693/c56c7249bf87d170171218ecb4bdd677>> Acesso em: 29 de jun. de 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. 328p.

MINAYO, Maria Cecília de S.; Sanches, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, jul/set. 1993.

_____. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. 406p.

PARRELA, Ivana Denise. Cestas da memória: identificação de documentos fotográficos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, com o apoio de voluntários idosos. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16., 2015, João Pessoa - PB. **Anais eletrônicos...** João Pessoa - PB: UFPB. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017568/bfd95e1c6d33f60d3d746baf e0522b5d>> Acesso em: 29 de jun. 2018.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG. 2003**. 780p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>. Acesso em: 09 de set 2017.

SANTOS, Hercules Pimenta dos; VENÂNCIO, Renato Pinto. Redocumentarização, historiografia e humanidades digitais: o caso do Arquivo Público Mineiro. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais Eletrônico...** Marília: UNESP. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/schedConf/presentations>> Acesso em: 1 jul. 2018.

SILVA, Luiz Carlos da; VENÂNCIO, Renato Pinto. Uma política pública informacional em arquivos: a atuação da APES In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte, MG. **Anais Eletrônico...** Belo Horizonte, MG: UFMG. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000015967/c27bc6ea0afb899ae5f8085893076d26>> Acesso em: 28 jun. 2018.

SILVA, Luiz Carlos da; CIRILLO, Aparecido José; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da. A Memória do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo através da sua institucionalização: o recorte constituído de 1908 -1981. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da

Informação,16., 2015, João Pessoa - PB. **Anais eletrônicos...** João Pessoa - PB: UFPB. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/schedConf/presentations>>
>Acesso em: 29 de jun. 2018.

SILVA, Luiz. Carlos da.; VENÂNCIO, Renato Pinto. Arquivos municipais: gestão sistêmica e institucionalização. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação,17., 2016, Salvador - BA. **Anais eletrônicos...** Salvador - BA: UFBA. Disponível

em:<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3899>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SOARES, Wilcinete Dias; ESPINOSA, Marcello. O Município na Constituição De 1988. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v.1, n.000040, p.1-19, ago. 2013. Disponível em:

<<http://semanaacademica.org.br/artigo/o-municipio-na-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 14 jun. 2018.